

Universidades Lusíada

Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/5172>

Metadados

Data de Publicação	2012
Palavras Chave	Administração Pública - Gestão - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 14 (2012)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T07:39:07Z com informação proveniente do Repositório

NOTA DE ABERTURA

Falar da “coisa pública” está na ordem do dia. Não tem a ver com a modernidade, é conversa cíclica de todos os tempos, em todos os espaços. Porém, nos dias de hoje, a conversa sobre a “coisa pública” subiu de intensidade.

A mudança explica-se face à crescente desacreditação social da capacidade do Estado assegurar de forma financeiramente sustentável a gestão da “coisa pública”, criando novas pressões e constrangimentos. O contexto de volatilidade socioeconómica, em resultado da restrição orçamental do momento, coloca um conjunto de constrangimentos na despesa do Estado e, conseqüentemente, gera um novo e crescente arrazoado do cidadão com a “coisa pública”; facto aproveitado e amplificado pela comunicação social. A todas as horas, um número crescente de *opinion makers* tem guarida nos écrans da televisão, não para dizerem aquilo que não sabem, mas para dizerem aquilo que acham.

Falar da “coisa pública” pressupõe assegurar todo um conjunto de necessidades individuais e colectivas, cuja satisfação constitui uma tarefa fundamental do Estado. Porém, tal propósito, apesar do seu carácter perene e indiscutível, não implica a sua satisfação de qualquer forma e a qualquer preço.

Quem pense que a situação do momento é inédita, está profundamente enganado. Nos anais da história da Roma antiga, podemos ler o que escrevia (55 a.C.) Marcos Tullius, Cícero de cognome: *“O orçamento nacional deve ser equilibrado, as dívidas públicas devem ser reduzidas; a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada; os pagamentos e governos devem ser reduzidos se a Nação não quiser ir à falência; as pessoas devem trabalhar, em vez de viver por conta pública”*.

Se avançarmos na história e pararmos na Revolução Francesa, sabemos que Luiz XVI convidou o Barão de Turgot, economista e estadista francês (1727-1781) para seu ministro da Fazenda e que o mesmo lhe fez ver que deveria ter seriedade na “coisa pública”. A nobreza, o clero e os agregados gastavam e esbanjavam o dinheiro da França. Turgot fez um apelo dramático ao rei que implicava *“evitar inadimplência, reduzir empréstimos e não aumentar os impostos”*. Turgot apertou com as medidas e os que defendiam os privilégios do Poder obrigaram o fraco rei a demiti-lo. Resultado? Revolução, guilhotina e governo forte de Napoleão.

Desde que o mundo é mundo, as grandes desgraças humanas são consequência das posturas do cidadão com a “coisa pública”. Os grandes impérios foram surgindo e desaparecendo conforme o homem se dedicasse ao trabalho e zelasse pela “coisa pública”. Qualquer que seja o modelo aplicado na gestão da “coisa pública” haverá sempre de enfrentar os poderosos obstáculos que são a cultura instalada e os procedimentos burocráticos.

O tema “coisa pública” foi escolhido para “dossier” desta edição de *Lusíada – Economia & Empresa*, com quatro textos que se complementam entre si. No primeiro - “*A Contabilidade Pública em Portugal e as Contas Nacionais: uma perspectiva crítica*” - as autoras levantam questões metodológicas na utilização de diferentes critérios de reconhecimento e mensuração das transacções no contexto das contas públicas e das contas nacionais. O segundo artigo - “*Consórcios Públicos: uma alternativa para a política económica dos pequenos Municípios*” - aborda a possibilidade da construção do desenvolvimento sustentável pelos pequenos municípios com perfis semelhantes, mediante a criação de Consórcios Públicos. Segue-se um estudo estatístico - “*Uma Análise Nacional da Estrutura e do Trabalho Realizado pelo Poder Local*” - que caracteriza o trabalho levado a cabo pelas Juntas de Freguesia do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores junto das populações, evidenciando o grau de satisfação dos utentes pelos serviços por elas prestados. O último artigo do dossier - “*As Rendas/Foros do Rei D. Pedro I (1357-1367) em Lisboa: ementas e contractos registados na chancelaria*” - faz uma resenha histórica, a partir do século XIII, sobre a atenção dos sucessivos monarcas ao património urbano, com particular incidência da acção de D. Pedro I na cidade de Lisboa.

Na secção de dissertações e teses, a revista inclui dos artigos. O primeiro - “*A Estrutura de Capital das Empresas: teoria ao longo de cinquenta anos*” disserta sobre as principais teorias da estrutura de capital, designadamente, a Teoria de Modigliani & Miller, a Teoria Tradicional, a Teoria de Agência, a Teoria da Informação Assimétrica, a Teoria de Trade-off e a Teoria de Takeover. O segundo - “*Aspectos teóricos de política industrial à luz dos princípios de política económica*» - tem como tese perceber o lugar que a política industrial ocupa no domínio mais abrangente que é o da política económica.

Na secção “vários” divulgam-se os últimos resultados do *Observatório Nacional de Recursos Humanis* (ONRH), instrumento de grande utilidade que permite evidenciar os factores conducentes à satisfação, lealdade e envolvimento dos colaboradores nas organizações privadas e públicas.

Boa leitura!

O DIRECTOR
José Eduardo Carvalho